

II Congresso Histórico Internacional

AS CIDADES NA HISTÓRIA: SOCIEDADE

18 a 20 de outubro de 2017

ATAS

ORGANIZAÇÃO | PROGRAMA | CONFERÊNCIA INAUGURAL

CIDADE ANTIGA

2017

FICHA TÉCNICA

Título

II Congresso Histórico Internacional
As Cidades na História: Sociedade

Volume

Organização | Programa | Conferência inaugural
I - Cidade Antiga

Edição

Câmara Municipal de Guimarães

Coordenação técnica

Antero Ferreira
Alexandra Marques

Fotografia

Paulo Pacheco

Design gráfico

Maria Alexandre Neves

Tiragem

200 exemplares

Data de saída

Dezembro 2019

ISBN (Obra completa)

978-989-8474-54-4

Depósito Legal

364247/13

Execução gráfica

Diário do Minho

ÍNDICE

ORGANIZAÇÃO | PROGRAMA SESSÃO DE ABERTURA SESSÃO DE ENCERRAMENTO

PRÓLOGO

pág. 35

Poblaciones en transformacion: las ciudades a traves del tiempo

Diego Ramiro Farinas

CONFERÊNCIA INAUGURAL

pág. 43

Perseguir a História Social a partir do Repositório Genealógico - desafio sempre em aberto

Uma aplicação sobre Guimarães dos quatro últimos séculos

Maria Norberta Amorim, Antero Ferreira, Amaro das Neves, Filipe Salgado

CIDADE ANTIGA

CONFERÊNCIA

pág. 75

Cidade Antiga e Sociedade: Narrativas e Diálogos Interdisciplinares

Manuela Martins, Gilvan Ventura da Silva

COMUNICAÇÕES

pág. 111

Estratégias familiares e disputas políticas na África proconsular: o caso da cidade de OEA (Séc. II d.C.)

Belchior Monteiro Lima Neto

pág. 125

Como e onde se enterrava em *Bracara Augusta*?

Cristina Maria Vilas Boas Braga

pág. 155

Reflexões sobre a economia de *Bracara Augusta*. O contributo dos tesouros monetários

Diego Santos Ferreira Machado

pág. 177

A Concorrência Política e Cultural entre as cidades de Antioquia e Beirute na Antiguidade Tardia:

Libânio e a defesa das Escolas de Retórica em oposição às Escolas de Direito (séc. IV d.C.)

Érica Cristhyane Moraes da Silva

pág. 195

Entre os espaços e os homens: reconstrução do quotidiano doméstico

Fernanda Magalhães, Manuela Martins

pág. 219

O custo com os trabalhadores da construção e atividades subsidiárias. O caso de *Bracara Augusta*

Jorge Ribeiro

pág. 245

Vrbi et orbi: a cidade como definidora de romanidade nos *annales* de Tácito

Manuel Rolph Cabeceiras

pág. 261

Esparta katà kómas: organização espacial do território (VIII-V a.C.)

Márcia Cristina Lacerda Ribeiro

pág. 279

Cidades Gregas na Calábria Antiga: A configuração dos territórios de Lócris e Régio (sécs. VII-V a.C.)

Maria Beatriz Borba Florenzano

pág. 301

El extranjero en la ciudad: formas de integración privadas

Ma Dolores Dopico Caínzos

pág. 325

The notion of polis in Aristotle's *Politics*

Patricio Tierno

pág. 341

Paulo e as Comunidades: Debates acerca das diferenciações das Comunidades Urbanas Paulinas e Conflitos sobre a Participação Feminina

Roberta Alexandrina da Silva

pág. 361

La cerámica de producción bracarense como indicador de las actividades económicas, gustos y costumbres de los habitantes de *Bracara Augusta*: Nuevas aportaciones

Sara Barbazán Domínguez, Manuela Martins, Eduardo Ramil Rego, Fernanda Magalhães

pág. 387

Mulheres e urbs: estudos sobre sociabilidades femininas em cidades romanas entre o IV e V séculos d.C.

Silvia M. A. Siqueira

**Reflexões sobre a economia
de *Bracara Augusta*.
O contributo dos tesouros
monetários**

Diego Santos Ferreira Machado

Mestrando em Arqueologia na Universidade do Minho

diegosfmachado@gmail.com

Resumo

A economia das cidades romanas possuía uma íntima relação com a massa e a circulação monetária, com indiscutível impacto social, pois conheciam períodos de aceleração e estagnação, que deixam vestígios na quantidade de moedas em circulação, a qual pode ser avaliada com base nos tesouros monetários ou nos numismas soltos que se encontram nas escavações realizadas em meio urbano. No caso de *Bracara Augusta*, possuímos já alguns importantes indicadores que apontam para um constante crescimento da massa monetária ao longo de todo o período romano, em conformidade com o que se conhece do desenvolvimento económico da cidade. Menos conhecido será, porventura, o contexto económico baixo imperial, razão que justifica este trabalho, centrado nos resultados do estudo de um pequeno tesouro, encontrado nas escavações da zona arqueológica do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago, em Braga, que, pela sua localização, poderia corresponder a uma *domus* que ocupava um dos quarteirões da cidade romana. A nossa abordagem procurará dar conta dos períodos de maior e menor fluxo monetário e da sua caracterização, pretendendo-se identificar os centros emissores representados, a partir dos quais poderemos perceber quais regiões do Império tiveram no abastecimento monetário da cidade baixo imperial.

Introdução

O estudo da circulação monetária de *Bracara Augusta*, embora com poucas produções dedicadas a este tema, goza de boa diversidade temática. Sobre o recorte temporal estabelecido pela configuração do Baixo-império romano, *grosso modo* os séculos III e IV, foram três os trabalhos até agora desenvolvidos, os quais analisaram as moedas identificadas num quarteirão habitacional (Amaral, 2007), num edifício termal público situado nas imediações do *forum* administrativo (Zabaleta Estevéz, 1999) e num conjunto diversificado de contextos que incluíam *domus*, necrópoles e a área anexa à via XVII (Mendes, 2015).

Desta forma, o presente trabalho configura-se como um contributo para o conhecimento da composição da massa monetária em circulação na cidade, sobretudo ao introduzir um tema novo na investigação sobre a numismática bracaraugustana: os tesouros monetários baixo imperiais.

1. A fundação e evolução de *Bracara Augusta* no Alto Império

O noroeste da península ibérica teve sua primeira relação direta com os romanos durante a campanha desenvolvida pelo cônsul Décimo Júnio Bruto, em 138-136 a.C.. Em resultado deste primeiro encontro, podemos observar o início do processo de pacificação desta região, bem como o desenvolvimento de novas estratégias de povoamento, em que sobressai uma maior complexidade organizacional, e o aparecimento dos *oppida*, que funcionavam como lugares centrais (Martins, 2009: 183-185). No entanto, a efetiva integração do noroeste peninsular no mundo romano aconteceu no fim das guerras cantábricas, travadas sob o comando de Augusto entre 29 e 19 a.C.. A reorganização administrativa, que se sucedeu a este último conflito armado e encerrou a longa conquista da Hispânia, determinou a sua divisão em 3 províncias, divididas em conventos jurídicos e a criação de cidades, que no caso do noroeste se constituíram como capitais conventuais: *Bracara Augusta*, *Asturica Augusta* e *Lucus Augusti* (Ribeiro, 2013: 19-20).

Tal como as outras cidades do noroeste ibérico *Bracara Augusta* foi fundada *ex nouo* no final do século I a.C., logo depois do controlo do território (Martins *et al.*, 2012: 31), tendo possuído uma efetiva importância administrativa determinada pela sua capitalidade enquanto sede do convento jurídico bracaraugustano (Dopico Caínzos, 1986: 281-282). Dela, saíam seis eixos viários que faziam a ligação entre a capital do *conuentus bracarensis* com as demais cidades e regiões da península: as vias XVI, *ad Olisipo*, XVII, *ad Asturica Augusta* por *Aquae Flaviae*, XVIII, *ad Asturica Augusta* pela Portela do rio Homem (construída na época flávia), XIX, *ad Asturica Augusta* por *Lucus Augusti*, XX, *ad Asturica Augusta per loca maritima*, mencionadas no Itinerário Antonino, para além da via que ligava *Bracara Augusta* e *Emerita Augusta* por *Tongobriga* (Carvalho, 2008: 194-200).

As vias que saíam da cidade romana garantiam privilegiada comunicação entre esta capital de convento e os demais territórios do NO, bem como com os centros urbanos do sul peninsular, e destas para todo o território ibérico (Figura 1). Esta intrincada rede viária assegurava, também, o comércio por via terrestre de e para *Bracara Augusta* (Morais, 2004: 109-114).

No período alto imperial, nos séculos I-II d.C., a cidade conheceu uma intensa ocupação, quer da área planificada, que oferece um traçado ortogonal, com orientação E/NE-O/SO e uma área de cerca de 30Ha, quer da periferia imediata (Martins *et al.*, 2013: 82). O rigoroso traçado fundacional da cidade foi restituído através dos estudos realizados a partir das informações provenientes de largas dezenas de escavações realizadas ao longo de várias décadas (Martins *et al.*, 2012: 39). Fora da área consagrada da cidade, o *pomoerium*, ao longo das já referidas vias, foi possível identificar vastos espaços de enterramento (Braga, 2015: 124-126).

Ao longo dos primeiros séculos da nossa era a cidade desenvolveu-se, tendo sido palco de um intenso processo de construção de grandes casas, um *macellum*, o *forum*, um teatro, um anfiteatro e termas públicas (Fontes *et al.*, 1997-98: 140-142; Martins, 2005: 10-18; Ribeiro, 2013: 298-300; Martins *et al.*, 2011: 5; Martins *et al.*, 2012: 49).

As habitações até hoje identificadas correspondem a *domus*, que eram casas de elite, e ocupavam a totalidade dos quarteirões da cidade, com áreas construídas de 1 *actus*, rodeadas de pórticos, que ladeavam as ruas e davam acesso às *tabernae* que se dispunham ao longo das fachadas das casas. Trata-se de construções que exibiam ricas decorações das paredes e pavimentos, ainda que mal conservadas (Magalhães, 2015: 71-75).

2. *Bracara Augusta* durante o Baixo-Império

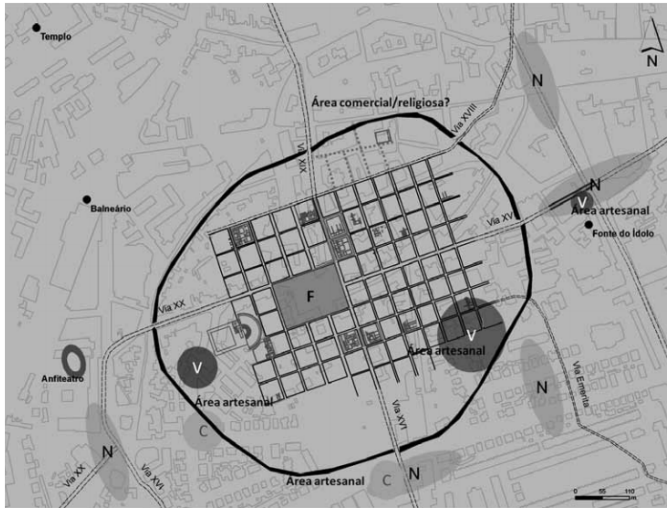
Nos finais do século III, *Bracara Augusta* foi elevada à capital da província da *Gallaecia*, criada por Diocleciano, o que impulsionou novas construções e remodelações na cidade (Martins *et al.*, 2012: 57). Nesse momento, a cidade foi cercada por uma muralha que abarcou, para além da área planificada, zonas artesanais a norte, este e sul, cercando uma área com cerca de 48Ha (Martins, 2014: 163). Os limites da muralha foram detectados arqueologicamente em vários locais da cidade, como na Quinta do Fujacal (1982-83; 1993-98), na Zona do Hospital (1995), na Rua dos Bombeiros Voluntários (1997), nas imediações da Sé Catedral de Braga (1997-98), na Rua Paio Mendes (1998) e na Rua Frei Caetano Brandão (Lemos *et al.*, 2002: 615-621), o que permitiu a restituição do seu traçado (Lemos *et al.*, 2002: 615; Martins *et al.*, 2012:56) (Figura 1).

Por outro lado, no século IV assistimos ao processo de desafetação do teatro, tendo os seus materiais sido reutilizados para a construção da muralha, verificando-se igualmente que parte da sua estrutura foi utilizada para ocupações parasitárias a partir do século V. A área norte do *parascaenium* foi remodelada e nela implantada uma unidade habitacional, enquanto o muro perimetral, na plataforma superior, foi reutilizado como parede de uma construção artesanal, caracterizada pela identificação de um forno (Martins *et al.*, 2015: 17-22; Martins *et al.*, 2016: 47-50).

No que diz respeito aos contextos domésticos, nos finais do século III e inícios do século IV temos, novamente, um importante momento construtivo nas habitações bracaraugustanas. Todas as *domus* conhecidas são remodeladas, assistindo-se à construção de banhos privados, documentados na *domus* da Escola Velha da Sé e na *domus* de Santiago, a uma generalizada ampliação das áreas construídas, que explicará o avanço das fachadas das casas até às ruas, com sacrifício dos anteriores pórticos. As casas conhecem ainda uma sofisticada renovação dos seus programas decorativos, ao nível das paredes e pavimentos, mas também dos elementos arquitetónicos, que circunstancialmente conhecem o uso

do mármore, como acontece na *domus* de Santiago (Silva e Martins, 2015: 434-436; Magalhães, 2016: 129).

Figura 1. Planta da cidade de Bracara Augusta no Baixo-Império com a localização do fórum (F), das necrópoles (N) e das oficinas de produção de cerâmica (C) e vidro (V) (Martins et al., 2012: 56)



As mudanças acarretadas pelo fim do Império Romano do Ocidente, que deslocou o centro da vida pública da cidade do *forum* para a basílica paleocristã, localizada na periferia nordeste da cidade, resultaram, a partir do século V, na reestruturação do espaço urbano, que, a longo prazo, se viria a concentrar no quadrante nordeste da antiga cidade romana. Com isto, os edifícios situados fora da nova malha urbana, distantes da basílica, foram sendo progressivamente abandonados, como o teatro, o *forum* e algumas casas, processo que se intensificou no fim da Antiguidade Tardia e posteriormente à invasão muçulmana, no século VIII, enquanto outras estruturas espalhadas pelo território se tornaram pequenos centros sociais, religiosos e políticos, convertendo-se em mosteiros, conventos, igrejas e basílicas (Fontes *et al.*, 2010: 256-257).

3. Economia de Bracara Augusta

Os estudos sobre a economia bracaraugustana são escassos. De facto, poucos foram os trabalhos de síntese desenvolvidos sobre essa temática, devido à complexidade da análise e da interpretação dos materiais e à carência de documentação textual para essa região

durante o período romano, circunstâncias que dificultam a investigação (Morais, 2005: 43-47).

A circulação dos materiais e dos objetos de e para *Bracara Augusta* esteve assente na rede viária terrestre e fluvial e na proximidade com o mar, o que ligava a cidade ao território envolvente e ao Império. A estruturação dessas importantes vias possibilitaram os movimentos de importação, exportação e distribuição dos produtos para o noroeste peninsular, atividades que tornaram a cidade num importante polo económico na região (Carvalho, 2008: 153-154).

Relativamente ao território, cabe assinalar a exploração dos recursos naturais do *conuentus bracaraugustanus*, a qual deu-se, sobretudo, em duas frentes: a mineração e a agricultura. A exploração mineira do ouro em época romana na área conventual está bem documentada na região de Trás-os-Montes, onde foram identificados vestígios de extração de ouro, entre outros minerais, nos concelhos de Montalegre, Boticas, Chaves e Vila Pouca de Aguiar (Martins, 2010: 6-7). Embora seja difícil estabelecer cronologias para o funcionamento dessa atividade, aponta-se, para diversos locais, um início ainda no século I d.C. (Martins, 2010a: 109-111; Fontes e Andrade, 2010: 21-23; Fontes *et al.*, 2015: 30-32).

A exploração dos recursos agrícolas, por sua vez, pode ser caracterizada pela propagação de *uillae* no território bracaraugustano. As informações sobre essa atividade ainda são escassas, devido principalmente, à falta de escavações nesses edifícios. Todavia, apesar dos poucos dados disponíveis, é possível situar o fenómeno de emergência das *uillae* nas imediações de *Bracara Augusta* e ao longo de vias, já no primeiro século da nossa era (Carvalho, 2008: 147-148).

No Baixo-império, vemos a continuidade dos quadros económicos verificados no período alto imperial., ainda que apresente sempre um constante crescimento. De facto, a produção cerâmica local fina, bem representada nesse período pela cerâmica de engobe branco, imita as formas das importações, que nesse momento são caracterizadas pelas produções de cerâmica *terra sigillata* hispânica tardia, paleocristã gaulesa, africana, focense e cipriota (Ribeiro, 2015: 191). A produção de vidro, por sua vez, também permanece em funcionamento (Cruz, 2009: 218-219) e a exportação desses objetos parece continuar a abastecer, sobretudo, o mercado do *conuentus bracaraugustanus* (Cruz, 2009: 275-276).

Nos séculos subsequentes, quinto e sexto, enquadrados na Antiguidade Tardia, a importação de cerâmica *terra sigillata* permanece bastante presente no cotidiano de *Bracara Augusta*, sobretudo aquelas representadas pelas produções gálicas, africanas, focenses e hispânicas tardias, as quais serviram de modelo para as produções locais finas, que as imitavam em engobe vermelho tardio e cinzenta tardia (Martínez Peñín e Martins, 2016: 58-63).

No que toca à circulação monetária, os estudos até agora realizados permitem perceber um crescimento contínuo na massa monetária ao longo do período romano. De facto, as análises desenvolvidas por Centeno (1987), Zabaleta Estévez (1999), Amaral (2007) e Mendes (2015) apontam para um alto número de moedas no período augustano, este sustentado pelas emissões de *caetra* (Carvalho, 2008: 157; Mendes, 2015: 224). Contudo, ao longo do governo dos demais imperadores da dinastia júlio-claudiana este número diminui (Centeno, 1987: 233-234). Na dinastia seguinte, flaviana, bem como ao longo do século II, a massa monetária gradativamente aumenta (Zabaleta Estévez, 1999: 82; Amaral, 2007: 74; Mendes, 2015; 224-236).

Para o Baixo-império, os fluxos de circulação monetária apresentam padrões mais complexos e menos lineares. Segundo os dados disponíveis até ao momento, o século III parece ter sofrido uma retração do numário disponível, com exceção da década de 260, na qual se verifica um repentino pico causado pelas emissões de Claudio II e Galieno (Centeno, 1982: 125; Zabaleta Estévez, 1999: 83).

Durante os inícios do quarto século, sensivelmente até 330, o numário em circulação parece ser pouco, contudo de superior qualidade, esta expressa em peso e módulo maiores (Zabaleta Estévez, 1999: 82). Nas três décadas seguintes, 330 à 360, *grosso modo*, durante o governo da dinastia constantiniana, assistimos ao aumento exponencial da massa monetária, com padrões que superam os 70% do total de moedas em circulação ao longo de todo o período romano (Zabaleta Estévez, 1999: 83-84; Amaral, 2007: 74; Mendes, 2015: 224-236).

Ao longo das últimas décadas da ocupação romana em *Bracara Augusta*, no final do século IV e início do século V, a quantidade de numário em circulação na cidade torna a decair, desaparecendo as emissões romanas ainda na primeira metade do quinto século (Zabaleta Estévez, 1999: 83; Amaral, 2007: 74).

4. Zona arqueológica do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago

Esta zona arqueológica conheceu, até ao momento, três intervenções diferentes. Na primeira, realizada em 1966, foi possível por a descoberto um conjunto de ruínas associadas ao peristilo de uma *domus* romana (Delgado *et al.*, 1989: 29). A segunda teve como objetivo a realização de trabalhos de limpeza e levantamento topográfico das ruínas, tendo então sido descoberto parte de uma sala aquecida por sistema de hipocausto (Magalhães, 2010: 85-86). A mais recente, desenvolvida ao longo do meses de fevereiro e março de 2016, no âmbito do “Projeto de reabilitação do claustro e da *domus* romana do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo”, foi realizada pela Unidade de Arqueologia

da Universidade do Minho. Nesta intervenção, que decorreu nos jardins internos e no claustro do antecitado seminário e do Museu Pio XII (Figura 2), pretendeu-se avaliar as potencialidades arqueológicas do sítio e a possibilidade de valorização das ruínas da *domus* romana, cujo perístilo foi identificado nas escavações de 1966 (Martins *et al.*, 2016a: 7). Através da abertura de oito sondagens foi possível revelar a longa ocupação daqueles terrenos, os quais testemunham ação humana ininterrupta desde o Baixo-império romano até aos dias de hoje (Martins *et al.*, 2016a: 26-35).

Os níveis mais antigos desta zona arqueológica, identificados na campanha de 1966, retratam a construção de uma *domus*, na segunda metade do século I, com um conjunto de muros e pilares que delimitavam um amplo pátio (Magalhães, 2010: 87).

Figura 2. Ortofoto com a localização do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo (Martins *et al.*, 2016a: Apêndices, Figura 1)



A segunda fase construtiva, restituída ao longo desta mesma intervenção, permitiu assinalar uma reforma da habitação, muito bem representada pelas alterações levadas a cabo na área do peristilo, o qual incorporou a instalação de um tanque com um mosaico com figurações

de fauna marinha e a construção de um hipocausto que deverá corresponder a um *balneum* de uso privado (Magalhães, 2010: 87).

Durante a campanha de 2016 uma das sondagens foi implantada nas imediações dos limites do peristilo a fim de verificar se os muros que o delimitam possuíam prolongamento a norte. Os resultados desta sondagem permitiram ampliar os conhecimentos acerca da reforma que a habitação sofreu nos finais do século III/inícios do século IV, a qual reestruturou as salas localizadas a norte do peristilo (Martins *et al.*, 2016a: 9). Por outro lado, uma sondagem implantada no jardim do Museu Pio XII, na área onde presumivelmente estaria o pórtico nascente desta *domus* romana (Figura 3), saldou-se pela identificação de um muro associado a um piso, que foi interpretado como correspondendo a uma compartimentação do pórtico desta *domus*, associada à reforma da casa entre finais do século III/inícios do IV. No nível de derrube desta estrutura foi identificado um tesouro monetário (Figura 4) composto por 481 bronzes baixo imperiais (Martins *et al.*, 2016a: 19-21).

Figura 3. Pormenor da planta final interpretada da intervenção de 2016 (Martins et al., 2016a: Apêndices, Figura 28).

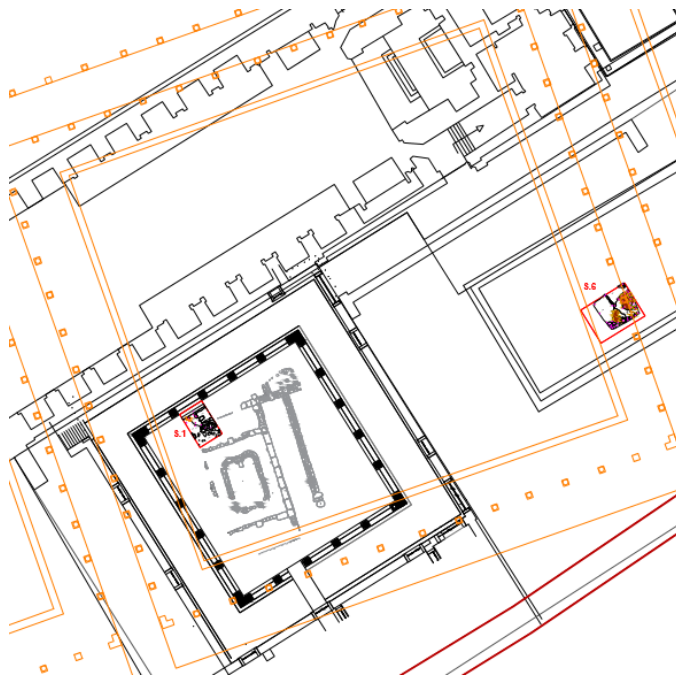


Figura 4. Tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago (Martins et al., 2016a: Apêndices, Foto 73, 77).



4.1 O tesouro monetário

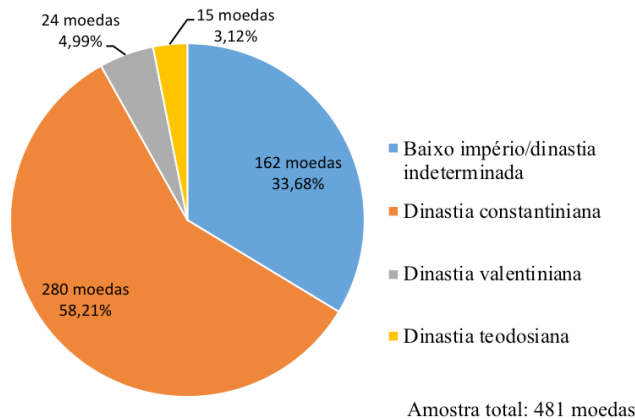
Das 481 moedas classificadas, total ou parcialmente, a mais antiga é uma emissão de Diocleciano, de 284-294, em que no reverso figura a imagem de *Jupiter* de pé, voltado à esquerda, com uma águia aos pés, a segurar um cetro e um globo, este encimado pela *Victoria*, cuja legenda, embora ilegível, seria *IOVI CONSERVATORI ORBIS*. Por outro lado, a cunhagem mais recente é atribuída a Valentiniano III, de 425-435, em cujo reverso vemos a imagem do Imperador ou de *Dea Roma* voltada à esquerda a segurar uma lança e um globo.

Temos, portanto, um tesouro eminentemente composto por numismas do século IV. De facto, com exceção das duas moedas referidas e de outra, emitida por Honório em 402-423 da série *SALVS REIPVBLICAE*, na qual a *Victoria*, voltada à esquerda, segura um troféu/

estandarte e um cativo, todas as demais foram cunhadas no quarto século. Contudo, ainda é preciso salientar que em seis moedas o arco cronológico possibilita que a produção tenha ocorrido na primeira metade do século V.

Como é recorrente entre o material numismático deste período, um grande número dos objetos encontra-se ilegível, sendo possível atribuir apenas uma referência de cunhagem associada ao Baixo-império romano. Este quantitativo corresponde a 131 moedas, ou seja, 27.2%, número que se aproxima ao identificado em Conimbriga, em que 30% dos numismas eram ilegíveis (Pereira *et al.*, 1974: 245) (Figura 5).

Figura 5. Gráfico com a distribuição cronológica do conjunto monetário (©UAUM)



As entidades emissoras melhor representadas neste ocultamento são, com efeito, aquelas pertencentes à dinastia constantiniana, que representam 58.2% do conjunto, ou seja, 280 objetos. Deste conjunto, destacamos a expressiva presença de cunhagens do período entre 335 e 363, correspondente, grosso modo, às emissões de Constâncio Galo, Constâncio II, Constante, Dalmácio, Joviano e Juliano II, que correspondem a 78.9% das moedas constantinianas e a 45.9% do tesouro.

Salientamos ainda, a respeito da presença desta dinastia no conjunto monetário, a identificação de cinco moedas com a representação de mulheres no anverso, com destaque para uma de Teodora, datável de 305-306, da série *PIETAS ROMANA*, na qual se figura a deusa *Pietas* com uma criança ao colo e quatro de Helena, sendo três póstumias, com cronologia de 337 à 340, que apresentam a deusa *Pax* com oliva e cetro nas mãos, sob a legenda *PAX PVBLICA*, enquanto a quarta moeda tem o seu reverso completamente ilegível. Cabe ainda referir sete numismas pertencentes às emissões póstumias de

Constantino I, três das quais têm os seus reversos constituídos pela imagem do imperador velado, com a mão direita erguia entre os termos VN e MR (*veneranda memoria*), enquanto as demais pertencem ao tipo imperador numa quadriga e mão no céu, comumente associada à cristianização de Constantino I (Carlan, 2010: 239-240).

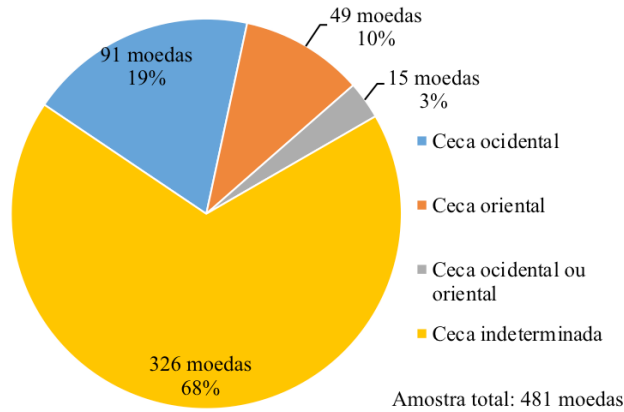
A dinastia valentiniana, que governou o império após a constantiniana, também se faz presente neste tesouro. Com efeito, dos 481 numismas que o compunham, vinte e quatro puderam ser atribuídos aos imperadores desta família, designadamente a Graciano, Valente, Valentiniano I e Valentiniano II. A distribuição das peças entre o Império do Ocidente e do Oriente é bastante uniforme nestas emissões, tendo em vista que as moedas de Graciano, Valentiniano I e Valentiniano II, juntas, constituem oito exemplares, enquanto Valente está representado por sete, enquanto as demais podem corresponder tanto a algum dos imperadores de Roma como de Constantinopla.

Com o governo dos dois impérios por Teodósio I, em 392, temos o início da dinastia teodosiana, a última a deter o controlo de Roma. Deste imperador foi possível identificar quatro numismas, dois os quais cunhados anteriormente à unificação do império, aquando do mando oriental deste imperador. Estes objetos são constituídos por uma emissão comemorativa dos *uotis decennialibus*, com coroa de louros de 379-388 e um objeto da série VICTORIA AVGGG na qual é veiculada a imagem de duas *Victorias* de frente uma para a outra, com coroas de louros nas mãos. Por outro lado, as outras duas peças atribuídas a Teodósio I são datáveis de 383 à 394, impossibilitando o enquadramento destas em uma das fases do *imperium* deste. De qualquer das formas, essas moedas apresentam a legenda SALVS REIPVBLICAE e o campo com a deusa *Victoria* a segurar um troféu e levar um cativo.

No que toca aos Augustos que sucederam no império unificado teodosiano, a divisão entre as emissões ocidentais e orientais também são próximas, sobretudo tendo em consideração o baixo número de numismas deste período. De facto, as cunhagens de Arcádio estão representadas por cinco objetos, enquanto as de Honório e Valentiniano III perfazem três.

Por outro lado, através da análise das marcas de casas de cunhagem presentes nos objetos podemos observar a dispersão geográfica da origem das emissões e perceber melhor os centros emissores de numismas que abasteciam a cidade. Contudo, tendo-se em vista a deterioração das peças e as dificuldades de se estabelecer estas informações em caso de ilegibilidade do exergo, é preciso salientar que apenas foi possível identificar a cidade onde a moeda foi produzida em 155 peças, o que representa 32.2% do total (Figura 6).

Figura 6. Gráfico com a distribuição geográfica do conjunto monetário (©UAUM).



Dividimos as cidades emissoras em dois grandes grupos em consonância com a divisão do império. Contudo a análise em 15 dessas cunhagens não permitiu restringir as possibilidades de origem da produção das mesmas nestas divisões. Das províncias ocidentais chegaram a *Bracara* 83 moedas, sendo 28 provenientes de *Arelate*, 21 de *Roma*, 18 de *Lugdunum*, 11 de *Augusta Treuorum* e 5 de *Aquileia*. Ademais, referimos ainda 8 objetos em que não foi possível individualizar a origem, que será, contudo, ocidental. Por sua vez, as emissões realizadas no Império Oriental fazem-se representar em 42 moedas, das quais 10 foram produzidas em *Constantinopolis*, 4 em *Antiochia*, 3 em *Nicomedia*, 5 em *Cyzicus*, 4 em *Alexandria*, 7 em *Thessalonica*, 5 em *Siscia* e 4 em *Heraclea*. Neste conjunto incluímos ainda 7 numismas em que só foi possível delimitar o oriente como proveniência.

5. Considerações finais

A análise do tesouro do Seminário de Santiago permite evidenciar a contínua ocupação da cidade ao longo dos finais do século IV e da primeira metade do século V, apesar das mudanças causadas pelo fim da administração romana e da instalação do reino suevo, continuidade também observada em estudos relativos à evolução urbana e arquitetónica da cidade durante a Antiguidade Tardia (Fontes *et al.*, 2010: 255-256).

Por outro lado, destacamos a complexa constituição das redes económicas de *Bracara Augusta* neste período, que nos impossibilita de aceitar respostas fáceis. Reiteramos, com efeito, que os dados disponíveis documentam a constante presença de produtos importados das mais distintas áreas do império (Martínez Peñín e Martins, 2016: 58-59), bem como de moedas cunhadas nas mais variadas províncias que abasteciam a sociedade bracaraugustana.

A análise da relação entre as cidades do império romano tem sido objeto de vários estudos e traduz-se numa significativa bibliografia. No entanto, importa sublinhar que as diferentes realidades dentro do vasto império, tanto ao nível geográfico, religioso, político, social e económico, precisam de ser analisadas e estudadas nas suas particularidades, num dado tempo e espaço, tendo em vista compreender a especificidade das regiões e das cidades, ou aquilo que pode ser considerado como padrões comuns, que possam resultar de uma longa permuta cultural e da transação de bens ou serviços.

No que respeita à economia e mais concretamente à circulação monetária, objeto deste trabalho, cabe sublinhar a relevância das informações provenientes do estudo do tesouro do Seminário de Santiago que permitem perceber diferentes fases do fluxo monetário de Braga no período baixo imperial, bem como identificar as principais casas de cunhagem que abasteciam a cidade nesta época. Sendo um contributo modesto para elucidar sobre a economia no século IV, ele não deixa de ser sugestivo do pulsar da cidade, revelando uma sociedade bem integrada nos padrões de vida do Império tardio e de uma efervescente animação económica, social e cultural. Na verdade, a capital da *Gallaecia* foi no século IV uma cidade onde a construção, o comércio e a produção artesanal animavam a economia urbana, estimulada pela presença na cidade de vários tipos de elites, ligados à administração da província, conformando uma sociedade muito mais competitiva do que aquela que terá existido no século III. Neste contexto se pode inserir também os padrões de circulação monetária que podem ser inferidos do tesouro estudado, que demonstram um regular abastecimento da cidade em numerário destinado a satisfizer as necessidades determinadas pelas trocas comerciais de grande escala em que a cidade esteve envolvida, ou o pagamento dos cargos e dos bens e serviços de diferente natureza, indispensáveis a uma cidade que governava uma província de grande dimensão.

Bibliografia

- AMARAL, Luis (2007). As moedas das Carvalheiras. Contributo para o estudo da circulação monetária em Bracara Augusta, Bracara Augusta. *Escavações Arqueológicas*, 3. Braga: UAUM/Narq.
- BRAGA, Cristina (2015). Entre a vida e morte: rituais funerários e espaços sepulcrais em Bracara Augusta. In SILVA, Gilvan; LEITE, Leni; SILVA, Érica; NETO, Belchior, orgs. - *Cotidiano e Sociabilidades no Império Romano*. Vitória: GM Editora, p. 124-139.
- CARLAN, Claudio (2010). Política e Cultura. Constantino e o Poder da Imagem. *História: Questões e Debates*, 52, 233-245.
- CARVALHO, Helena (2008). *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracaraensis*, Tese de doutoramento, v 1. Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- CENTENO, Rui (1987). *Circulação monetária no noroeste de Hispânia até 192*, Dissertação de doutoramento em Pré-História e Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática.
- CRUZ, Mario (2009). *O Vidro Romano no Noroeste Peninsular. Um olhar a partir de Bracara Augusta*, Tese de doutoramento. Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- DELGADO, Manuela; MARTINS, Manuela e; LEMOS, Francisco (1989). Dossier – Salvamento de Bracara Augusta. *Forum*, 6, 3-41.
- DOPICO CAÍNZOS, Maria (1986). Los conventus iuridici. Origen, cronología y naturaleza histórica. *Gerión*, 4, 265-283.
- FONTES, Luís; LEMOS, Francisco e; CRUZ, Mario (1997-98) “Mais Velho” que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar, *Cadernos de Arqueologia*, 14/15, série II, 137-164.
- FONTES, Luís e ANDRADE, Francisco (2010). Revisão do Inventário Arqueológico do Concelho de Boticas. *Relatório Final*, TAUUUM, 8. Braga:, UAUM.
- FONTES, Luís; MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Maria e; CARVALHO, Helena (2010). A cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VII. In GARCÍA, Alfonso, coord. - *Espacios urbanos en el occidente mediterráneo (S. VI-VIII)*. Toledo: Toletvm Visigodo, 255-262.
- FONTES, Luís; ALVES, Mafalda; OSÓRIO, Bruno e; GUERREIRO, Maurício (2015). Trabalhos Arqueológicos no povoado das Batocas. *Relatório 2013-2014*, TAUUUM, 55. Braga: UAUM.
- LEMOS, Francisco; MARTINS, Manuela; FONTES, Luís; FREITAS, José e; CUNHA, Armandino. (2002). A muralha de Bracara Augusta. *Anejos de Gladius*, 5, 609-624.

- MAGALHÃES, Fernanda (2010). *Arquitetura doméstica em Bracara Augusta*, Tese de mestrado. Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- MAGALHÃES, Fernanda (2015). Espaço doméstico e sociabilidades: As domus de Bracara Augusta, in SILVA, Gilvan; LEITE, Leni; SILVA, Érica; NETO, Belchior, orgs. - *Cotidiano e Sociabilidades no Império Romano*. Vitória: GM Editora, p. 67-81.
- MAGALHÃES, Fernanda (2016). Os espaços e as construções em Bracara Augusta. Instrumentos para o estudo do quotidiano no noroeste peninsular. *Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra*, Vol. 24, 121-135.
- MARTÍNEZ PEÑÍN, Raquel e MARTINS, Manuela (2016). Characterization of late antique and early medieval pottery production of the city of Braga and its territory. In Sabaté, Flocel; Brufal, Jesús, dirs. - *Arqueologia Medieval. Hàbitats Medievals*, VIII. Lleida: Pagès editors, p. 53-67.
- MARTINS, Carla (2010). Aspectos económicos, sociais e políticos no alto Trás-os-Montes ocidental. In MARTINS, Carla, coord. - *Mineração e Povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*. Porto: Ed. CITCEM, p. 5-15.
- MARTINS, Carla (2010a). A mineração em em época romana. In MARTINS, Carla, coord. - *Mineração e Povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*. Porto: Ed. CITCEM, p. 107-120.
- MARTINS, Manuela (2009). Bracara Augusta. Panorama e estado da questão sobre o seu urbanismo. In DOPICO CAÍNZOS, Maria; VILLANUEVA ACUÑA, Manuel; RODRÍGUEZ ALVAREZ, Maria, eds. - *Do Castro à Cidade. A romanización na Gallaecia e na Hispânia indoeuropea*. Lugo: Diputación Provincial de Lugo, p. 181-211.
- MARTINS, Manuela (2014). Projeto de Bracara Augusta. 38 anos de descoberta e estudo de uma cidade romana. *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património*, Vol. XIII, 159-169.
- MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Maria e; MEIRELES, José (2011). As termas públicas de Bracara Augusta e o abastecimento de água da cidade romana. In *Atas do Seminário Internacional Aquae Sacrae. Agua e sacralidad en época antigua*. Girona: Universidade de Girona, p. 69-102.
- MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Jorge; MAGALHÃES, Fernanda e; BRAGA, Cristina (2012). Urbanismo e Arquitetura de Bracara Augusta. Sociedade, economia e lazer. In Ribeiro, Maria; Melo, Arnaldo, coords. - *Evolução da paisagem urbana. Sociedade e economia*. Braga: Ed. CITCEM, p. 29-67.
- MARTINS, Manuela; FONTES, Luís e; CUNHA, Armadino (2013). Arqueologia Urbana em Braga: balanço de 37 anos de intervenções arqueológicas. In *Arqueologia em Portugal*. Lisboa: Associação de Arqueólogos Portugueses, p. 81-87.

MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Jorge; MAGALHÃES, Fernanda e; MARTINÉZ PEÑIN, Raquel (2015). Urban changes in Braga in Late Antiquity: the area of the Roman Theater. *Espai/temps*, 67, p. 11-28.

MARTINS, Manuela; MAGALHÃES, Fernanda; MARTINÉZ PEÑIN, Raquel e; RIBEIRO, Jorge (2016). The housing evolution of Braga between Late Antiquity and the Early Middle Ages. In Sabaté, Flocel; Brufal, Jesús, dirs. - *Arqueologia Medieval. Hàbitats Medievals*, VIII. Lleida: Pagès editors, p. 35-52.

MARTINS, Manuela; FONTES, Luís; MAGALHÃES, Fernanda; RIBEIRO, Jorge; BRAGA, Cristina; MARTÍNEZ PEÑIN, Raquel e; SILVA, Juliana (2016a). Trabalhos arqueológicos de Sondagens Preliminares. Projeto de Reabilitação do Claustro e da Domus Romana no Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo (Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo e Museu Pio XII/ Braga) 2016. *Relatório final*. Braga, UAUM (Relatório policopiado).

MENDES, David (2015). Um modelo de análise da circulação monetária em Bracara Augusta. In MARTÍNEZ PEÑÍN, Raquel; CAVERO DOMÍNGUEZ, Gregória, coord - *Evolución de los espacios urbanos y sus territorios en el Noroeste de la Península Ibérica*, Atas de congresso. León: Instituto de Estudios Medievales da Universidad de León e Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, p. 219-238.

MORAIS, Rui (2004). *Autarcia e comércio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade*, Tese de doutoramento. Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

MORAIS, Rui (2005). *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial, Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas*, 2. Braga: UAUM / Narq.

PEREIRA, Isabel; BOST, Jean-Pierre e; HIERNARD, Jean (1974). *Fouilles de Conimbriga, III, Les Monnaies*. Paris: Diffusion E. de Boccard.

RIBEIRO, Jorge (2013). *Arquitectura romana em Bracara Augusta. Uma análise das técnicas edilícias*, Coleção Teses Universitárias, n.º 5. Porto: CITCEM.

RIBEIRO, Jorge (2015). Cerâmica e mudança social em Bracara Augusta: uma análise da evolução das produções e dos produtos desde a fundação da cidade à antiguidade tardia. In SILVA, Gilvan; LEITE, Leni; SILVA, Érica; NETO, Belchior, orgs. - *Cotidiano e Sociabilidades no Império Romano*. Vitória: GM Editora, p. 67-81.

SILVA, Juliana e MARTINS, Manuela (2015). Evolução e análise funcional de uma domus romana. A unidade habitacional da zona arqueológica das “antigas Cavalariças” de Braga. In MARTÍNEZ PEÑÍN, Raquel; CAVERO DOMÍNGUEZ, Gregória, coord - *Evolución de los espacios urbanos y sus territorios en el Noroeste de la Península Ibérica*, Atas de congresso. León: Instituto de Estudios Medievales da Universidad de León e Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, p. 425-442.

ZABALETA ESTEVÉZ, Maria (1999). Breve síntese sobre os estudos das moedas de Bracara Augusta – as moedas das termas do Alto da Cividade. *Forum*, 26, 80-85.